

**Determinantes da Evolução da Receita Aduaneira em
Moçambique no Contexto da Integração Económica Regional**

Jorge André Cossa

Trabalho de Licenciatura

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Departamento de Economia

Maputo

2007

--- E.E.C. - ECONOMIA

N. E.	29836
DATA	26 / 09 / 07
ACQUIÇÃO	07/2007
BOTA	

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos 23 de Agosto de 2007



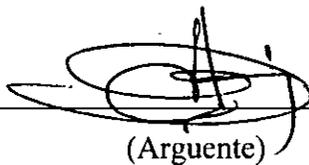
Jorge André Cossa

Aprovação do Júri

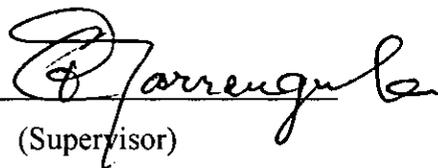
Este trabalho foi aprovado com 13 valores no dia 23 de Agosto de 2007 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



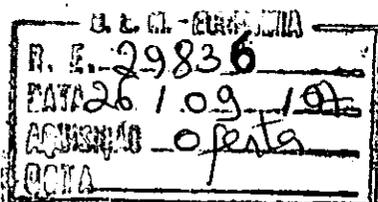
(Presidente do Júri)



(Arguente)



(Supervisor)



Dedicatória

*Aos meus pais André Cossa e Rabeca Mavie,
E, aos meus tios, Jorge Nhamtumbo e Antónia Gove.*

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus pela força que me deu em todos os momentos da minha vida, tanto os difíceis e bem como os de alegria.

Segundo, agradeço ao meu supervisor Dr. Constatino Marrengula, por sua prestimosa ajuda na elaboração do presente trabalho, pois sem ele este trabalho não seria possível e também a grande ajuda do Dr. Gerson Nhapulo.

Terceiro, agradeço aos meus familiares por sua ajuda e apoio inestimável, nomeadamente os meus pais André Cossa e Rabeca Mavie, aos meus tios Jorge Nhantumbo e Antónia Gove, a todos os meus irmãos e meus avós das famílias Cossa e Mavie e a todos os demais familiares, pois, é me difícil menciona-los a todos. Obrigado.

Quarto, agradeço todo o pessoal docente da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane que foram meus professores e não haveria espaço para menciona-los a todos, mas com principal menção aos professores de curso de Economia, pois o pouco que sei sobre economia é graças a eles. A todos eles muito obrigado.

Quinto, agradeço os amigos que tornaram possíveis esse sonho de me formar, pois este sonho não seria possível sem a sua imensurável ajuda e paciência e conselho como Admiró Tcheco (já falecido), Alberto Cossa, Albino Mazivila, Fabião Matimele, Gerson Nhapulo, Tívio Rosa, Pedro Arnaldo e Víctor Loforte.

Por fim e não menos importante, gostaria de agradecer o apoio, compreensão e paciência indescritível que teve a minha namorada Helena Muenda em muitos momentos que a distância nos separou por perseguir este sonho de me formar que ao mesmo tempo é meu e dela. A ela muito obrigado pelo carinho e paciência.

Sumário Executivo

O presente trabalho tem como objectivo analisar os determinantes da receita aduaneira em Moçambique no contexto da integração económica regional.

Para alcançar este objectivo, o trabalho tem como base a estimativa de um modelo econométrico que incorpora as variáveis PIB, Taxa de Câmbio e uma variável Dummy que representa, a partir de 2003, a ocorrência do desarmamento alfandegário designada por 1, e a não ocorrência de desarmamento alfandegário antes desse período, denominada por 0.

Os resultados obtidos sugerem que de 1980 a 2005, o crescimento económico dada pela variação positiva do Produto Interno Bruto, a depreciação ou desvalorização cambial e a ocorrência do desarmamento alfandegário, a partir de 2003, tiveram um impacto positivo na receita aduaneira.

Especificamente, um crescimento do PIB em 1% gera um aumento da receita aduaneira em cerca de 0,49%. Uma depreciação da taxa de câmbio em 1% leva ao aumento da receita aduaneira em 0,78%. E, finalmente, o desarmamento alfandegário iniciado em 2003, levou ao aumento da receita aduaneira em 0,15 milhões de contos.

Assim, esperara-se que, se o cenário continuar a manter-se, pode-se prever ainda o contínuo aumento da receita aduaneira, mesmo num contexto de integração económica em curso na SADC.

Termos Chaves: Integração económica, receita aduaneira, PIB, taxa de câmbio e desarmamento alfandegário.

Índice

Declaração	ii
Aprovação do Júri.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Sumário Executivo	v
CAPÍTULO I.....	1
PARTE INTRODUTÓRIA.....	1
1.1 Introdução	1
1.2 Problema da Pesquisa	2
1.3 Delimitação da Pesquisa	2
1.4 Importância do Tema	3
1.5 Objectivos da Pesquisa	3
1.5.1 Objectivo Geral.....	3
1.5.2 Objectivos Específicos.....	3
1.6 Limitações da Pesquisa.....	4
CAPÍTULO II	5
REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1 Conceito de Integração Económica	5
2.2 Tipos ou Formas de Integração Económica.....	6
2.2.1 Acordos Comerciais Preferenciais.....	6
2.2.2 Área de Livre Comércio.....	6
2.2.3 União Aduaneira	7
2.2.4 Mercado Comum	7
2.2.5 União Económica.....	8
2.3 Objectivos da Integração Económica.....	8
2.4 Impacto da Integração económica na Receita Aduaneira.....	9
2.5 Determinantes da Receita Aduaneira.....	11
2.5.1 Produto Interno Bruto	11
2.5.2 Taxa de Câmbio	12

2.5.3 Inflação	12
2.5.4 As instituições.....	13
2.5.5 Outros determinantes	14
CAPÍTULO III.....	15
METODOLOGIA BÁSICA DA PESQUISA.....	15
3.1 Tipo de Pesquisa	15
3.2 Fonte dos Dados.....	15
3.3 Metodologia das Estimacões.....	15
3.4 Tratamento dos Dados	16
CAPÍTULO IV	17
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA SADC	17
4.1 Origem da SADC.....	17
4.2 Características dos Países da SADC	18
4.3 A Integração Económica na SADC	20
CAPÍTULO V.....	22
RECEITA ADUANEIRA EM MOÇAMBIQUE	22
5.1 Evolução da Receita Aduaneira	22
5.2 Factores determinantes.....	25
5.2.1 PIB	25
5.2.2 Taxa de Câmbio	27
5.2.3 Inflação	29
5.2.4 Instituições	30
5.2.6 Outros determinantes	31
CAPÍTULO VI.....	32
RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DOS DETERMINANTES DA RECEITA ADUANEIRA	32
6.1 Resultados das Estimacões	32

6.2 Análise e Interpretação dos Resultados	33
CAPÍTULO VII	35
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	35
7.1 Conclusões.....	35
7.2 Recomendações.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS.....	40
Anexo 1. Valor Absoluto e em termos percentuais das importações dos países da SADC.....	41
Anexo 2. Definição de Termos Chaves	42
Anexo 3. Tratamento preferencial da SADC em termos de Tarifas aplicáveis	43
Anexo 4. Importações de Moçambique em Relação a SADC e Resto do Mundo (mdc)	44
Anexo 5. Principais dados da pesquisa	45
Anexo 6. Resultados da Estimção do modelo (1)	46
Anexo 7. Resultados das Estimções do Modelo na forma logarítmica.....	48

Lista de Acrónimos

AFDB	African Development Bank (Banco Africano de Desenvolvimento)
BM	Banco de Moçambique
CGE	Conta Geral do Estado
CM	Conselho de Ministros
DAP	Departamento de Análise e Previsão
DGA	Direcção-Geral das Alfândegas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Mdc	Milhões de Contos
MPF	Ministério do Plano e Finanças
OECD (OCDE)	Organization for Economic Co-ordination and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
OMC	Organização Mundial de Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
REOE	Relatório da Execução Orçamental do Estado
SADC	Southern African Development Community (Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral)
SADCC	Southern African Development Co-ordination Conference (Conferência Para a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral)
UTRA	Unidade Técnica de Reforma Aduaneira

Lista de Tabelas

Tabela 1	Alguns Indicadores dos Países Membros da SADC	23
-----------------	---	----

Lista de Figuras

Figura 1	Curva de Laffer	13
Figura 2	Distribuição do PIB da SADC	24
Figura 3	Evolução Anual da Receita Aduaneira (Período 1996-2000)	27
Figura 4	Taxa de Crescimento da Receita Aduaneira	28
Figura 5	Contribuição da Receita Aduaneira para o PIB	29
Figura 6	Contribuição da Receita Aduaneira para a Receita Total e Fiscal	30
Figura 7	Evolução Anual do PIB Nominal	31
Figura 8	Evolução das Importações de Moçambique em Relação a SADC e o Resto do Mundo	32
Figura 9	Evolução da Taxa de Câmbio Média Anual em Relação ao Dólar e Rand	34
Figura 10	Evolução Anual da Inflação	35

CAPÍTULO I

PARTE INTRODUTÓRIA

1.1 Introdução

No contexto actual do desenvolvimento das economias, uma das formas de melhorar os ganhos nas trocas comerciais é através da integração económica entre regiões e entre países. A integração económica visa, entre outras, a liberalização do comércio entre os países membros, com a redução das barreiras alfandegárias, eliminação das taxas e tarifas aduaneiras e a livre circulação de pessoas e bens.

Existem no mundo várias experiências de processos e tentativas de integração económica, como, por exemplo, a União Europeia, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), MERCOSUL, entre outras espalhadas pelo mundo.

Em Moçambique, actualmente, já se tem uma experiência de integração económica no âmbito da SADC que prevê a eliminação de taxas e tarifas aduaneiras com impacto na arrecadação da receita aduaneira.

A receita aduaneira é uma das principais fontes de financiamento das despesas do Estado em Moçambique, sendo de vital importância a compreensão dos factores que tem impacto na colecta da receita aduaneira no contexto de integração económica em curso na SADC. Assim, o presente trabalho tem em vista analisar os determinantes da evolução da receita aduaneira em Moçambique no contexto da integração económica regional.

O trabalho está dividido em 7 capítulos incluindo o presente capítulo introdutório. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico e o seguinte a metodologia. O capítulo 4 aborda o processo de integração económica na SADC. O capítulo 5 é sobre a receita aduaneira em Moçambique. O capítulo 6 apresenta e discute os determinantes da receita aduaneira. E, finalmente, o último capítulo apresenta as conclusões e recomendações da pesquisa.

1.2 Problema da Pesquisa

As tentativas de processos de integração económica são fenómenos em curso em muitos quadrantes do mundo, com objectivos e resultados diferentes. Em África, este processo de integração económica também está em curso como, por exemplo, no âmbito da SADC da qual Moçambique faz parte.

As bases para uma integração efectiva na África Austral nasceram em 1992 com a transformação da SADCC de uma simples conferência e a criação da SADC que passava a ser uma comunidade, com a assinatura do Tratado de Windhoek. De lá para cá muito tem sido feito com vista a tornar esse processo de integração mais realista e passar do papel à prática, através de, por exemplo, aplicação do Protocolo de trocas comerciais da SADC que pressupõe a abolição das barreiras para a livre circulação de pessoas e bens com vista a se atingir uma verdadeira integração económica.

Este processo pode trazer consigo problemas na arrecadação da receita aduaneira com implicações negativas na capacidade do financiamento do Estado. São vários os factores que podem influenciar o volume de receita aduaneira cobrada, nesse contexto de integração. Assim, urge analisar os possíveis determinantes da receita aduaneira em Moçambique nesse contexto de integração na SADC, como forma de retirar-se algumas ilações de política e o seu impacto na arrecadação da receita aduaneira no país.

1.3 Delimitação da Pesquisa

O presente trabalho aborda os determinantes da receita aduaneira no contexto da integração económica na SADC através de uma análise específica do caso moçambicano. Desse modo, o estudo vai-se debruçar no período compreendido entre 1980 a 2005, mas com maior ênfase para os últimos quatro anos, que é onde se iniciou o processo de integração económica.

1.4 Importância do Tema

O presente estudo é importante por várias razões. Primeiro, pela informação que o estudo vai gerar, o que pode auxiliar no processo de tomada de decisões em termos de política comercial e arrecadação de impostos em Moçambique.

Segundo, pode servir para clarificar através de um debate teórico se a diminuição das tarifas e barreiras comerciais reduzem ou aumentam a receita aduaneira.

E, terceiro, o estudo pode contribuir para a compreensão de qual é o estágio actual da aplicação do protocolo comercial da SADC em Moçambique e, *quiçá*, de todo o processo de integração económica.

1.5 Objectivos da Pesquisa

1.5.1 Objectivo Geral

Analisar os determinantes da evolução da receita aduaneira em Moçambique no contexto da integração regional.

1.5.2 Objectivos Específicos

- Analisar a evolução da receita aduaneira em Moçambique
- Avaliar os factores que determinam a evolução da receita aduaneira em Moçambique.
- Propor medidas de política económica para minimizar possíveis efeitos negativos do processo de integração.

1.6 Limitações da Pesquisa

Para realização deste trabalho houve dificuldades em relação a obtenção de dados anteriores a 1996 e, principalmente, em relação a estudos que aprofundam sobre os determinantes da receita aduaneira e impacto da integração económica em termos de receita aduaneira.

Outro problema está relacionado com os dados sobre a economia moçambicana que na sua maioria não são fiáveis e variam de fonte para fonte, o que faz com que os dados aqui apresentados possam variar de alguns apresentados em outras fontes. Apesar dessas limitações, procurou-se apresentar um trabalho com qualidade científica razoável.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo analisa aspectos relacionados com a conceitualização da integração económica, tipos de integração, os objectivos da integração, impacto económico da integração económica e sobre os determinantes da evolução da receita aduaneira.

2.1 Conceito de Integração Económica

Actualmente, a questão de integração económica é um fenómeno que está nas agendas políticas, económicas e sociais pelo mundo fora, independentemente de tratar-se do mundo desenvolvido ou em desenvolvimento.¹ A maior parte dos países a nível global encontra-se envolvido, de alguma forma, em processos ou iniciativas de integração económica. Assim sendo, carece de certa importância clarificar alguns aspectos relacionados com a integração económica.

A **Integração económica** *“refere-se a política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas”* (Salvatore, 2000: 175).

Pode-se ver da definição acima citada, que a integração económica pressupõe medidas de carácter económico e comercial com vista a favorecer e facilitar as trocas comerciais entre os membros de um bloco integrado.

A forma de integração vigente num grupo de países e regiões varia de acordo com os objectivos dos países que se propõem a se interligar. Mas uma coisa é certa, as bases para qualquer processo de integração são medidas de cariz comercial, pois são elas que conduzem, efectivamente, a uma real integração económica (Salvatore, 2000).

¹ Sobre esta questão, pode-se falar das várias tentativas falhadas com vista a liberalização do Comércio Mundial, através da OMC e GATT (Salvatore, 2000).

2.2 Tipos ou Formas de Integração Económica

Na literatura económica sobre a integração económica entre os países e regiões são apresentadas várias formas de integração económica, consoante os desígnios e/ou pressupostos assumidos pelas partes aquando da materialização da vontade de integração.

As formas de integração variam desde os simples acordos comerciais preferenciais até a forma mais alta de integração económica que é a união económica. Desse modo, de seguida analisam-se as formas de integração começando pelo mais simples, que são os acordos comerciais (Salvatore, 2000).

2.2.1 Acordos Comerciais Preferenciais

Nesta forma de integração as barreiras comerciais são reduzidas ou eliminadas para um grupo de países ou regiões que assinam acordos comerciais entre eles. Para os países ou regiões que não fazem parte ou não participam nesses acordos comerciais de comércio preferencial defrontam-se, relativamente aos primeiros, de barreiras comerciais elevadas.

Depois da crise de 1929, multiplicaram-se bastante os acordos comerciais preferenciais como forma dos países fazerem face aos efeitos adversos da grande depressão. Um dos exemplos clássicos de acordos comerciais preferenciais é o estabelecido em 1932 pelo Reino Unido com os membros e alguns antigos membros do Império Britânico (Salvatore, 2000 e Guillichon, 1993).

2.2.2 Área de Livre Comércio

A área de livre comércio também denominada por zona de livre comércio é outra forma de integração económica entre os países e regiões. Nesta forma de integração económica, os países assumem que vão remover todas as barreiras comerciais, tarifárias e não-tarifárias, entre os membros de um bloco integrado. Apesar desses países formarem uma área ou zona de livre comércio, elas ainda mantêm as barreiras comerciais para países terceiros que não fazem parte da área de livre comércio [Salvatore, 2000].

Na literatura sobre integração económica são apresentados dois grandes exemplos de áreas de livre comércio. Primeiro, é a Associação Europeia de Livre Comércio com a sua designação em inglês *European Free Trade Association (EFTA)* que foi formada em 1960 pelo Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça e, posteriormente, no ano seguinte pela Finlândia (Salvatore, 2000; Lipsey, 1961).

Segundo, é o Acordo Norte - Americano de Livre Comércio com a sua designação original em inglês *North American Free Trade Agreement (NAFTA)* que foi criado pelos Estados Unidos da América, Canadá e México, em 1993.

2.2.3 União Aduaneira

A união aduaneira é uma espécie de versão mais sofisticada de uma área ou zona de livre comércio. Numa união aduaneira não é permitida a aplicação de tarifas e outras barreiras comerciais entre os membros da integração, o que é similar nas zonas de comércio livre. Mas, além disso, nessa forma de integração, os membros procuram a harmonizar as políticas comerciais através de, por exemplo, da pauta aduaneira.

Na literatura económica os exemplos mais famosos são o da União Europeia (UE) e do Mercado Comum europeu que foi formado em 1957 pela Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo (Salvatore, 2000).

2.2.4 Mercado Comum

O mercado comum é uma forma de integração a um nível superior de uma união aduaneira, pois além da abolição de tarifas e barreiras comerciais entre os membros do bloco interligado e a harmonização das políticas aduaneiras, permite-se nesta forma de integração, a livre circulação de mão-de-obra e capital, o que vai complementar a livre circulação de bens nos países membros.

Na literatura é apresentado como exemplo a União Europeia que se assume que passou a ser um mercado comum, de facto, em 1993. Assim, é fácil ver que a União Europeia já

fez parte de todas as formas de integração acima citada. Mas isto não significa que todos os países tenham, necessariamente, que passar pelas mesmas fases com que a UE passou, pois os processos de integração económica diferem a prior.

2.2.5 União Económica

Numa união económica, os membros procuram harmonizar e mesmo unificar as políticas monetárias e fiscais dos que fazem parte da região integrada. Esta é a forma de integração económica mais avançada.

A literatura sobre a integração apresenta como exemplo a BENELUX que foi formada pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Hoje, estes países são membros da UE. Além desse exemplo, é dado outro que não é pacífico entre os autores, que é os Estados Unidos, pois os diversos Estados formam uma união económica e monetária total (Salvatore, 2000).

De seguida, analisa-se sobre os objectivos da integração económica.

2.3 Objectivos da Integração Económica

Não é tarefa fácil definir claramente os objectivos da integração económica. Mas, na realidade, os objectivos da integração económica e regional vão mais além de simples objectivos comerciais. Assim sendo, procura-se arrolar os possíveis objectivos da integração económica entre os membros de uma integração.

Os possíveis objectivos da integração económica são: (i) aumentar o fluxo de comércio intra-regional dos membros do bloco integrado; (ii) aumento do nível geral da produção, para aproveitar as economias de escala [Salvatore, 2000]; (iii) aumento da produtividade nos países para fazerem face a concorrência de um maior mercado crescente; (iv) estimular a eficiência entre os produtores do bloco integrado; (v) crescimento e desenvolvimento económico, pois qualquer país ou região procura crescer e desenvolver-

se e ao se integrar espera almejar isso; (vi) convergência económica, pois se julga que ao se integrarem os países mais pobres terão tendência a crescer que os países ricos.

Apesar desses objectivos, o processo de integração económica não conduz a um impulso geral de um incremento uniforme do progresso e do desenvolvimento, ao contrário, tem favorecido certos membros e regiões e países, contribuindo para criar profundas desigualdades em termos de distribuição de riqueza, qualidade de vida, acesso aos bens económicos, políticos e culturais (Salvatore, 2000).

Apresenta-se, a seguir, o impacto da integração económica na receita aduaneira.

2.4 Impacto da Integração económica na Receita Aduaneira

A integração económica é um processo que afecta a economia em diversos aspectos como, por exemplo, o mercado de trabalho, na concorrência, nas trocas comerciais e nas receitas, em especial nas receitas aduaneiras (Guillichon, 1993).

Ao se referir especificamente sobre as receitas, julga-se que a redução das tarifas vai reduzir a receita e aumentar a base tributária, pois se julga que isso vai aumentar as importações e exportações de bens e serviços originários da região integrada. Desse modo, em muitos processos de integração há uma grande relutância em se eliminar os direitos alfandegários cobrados pela importação e exportação de bens, preferindo-se, assim, uma redução gradual. Esses receios têm atrasado a implementação de vários processos de integração económica mais ambiciosos, pois os países têm receio de perder uma boa parte das suas receitas que provêm da cobrança de tarifas a diversas mercadorias que são exportadas e importadas (Salvatore, 2000).

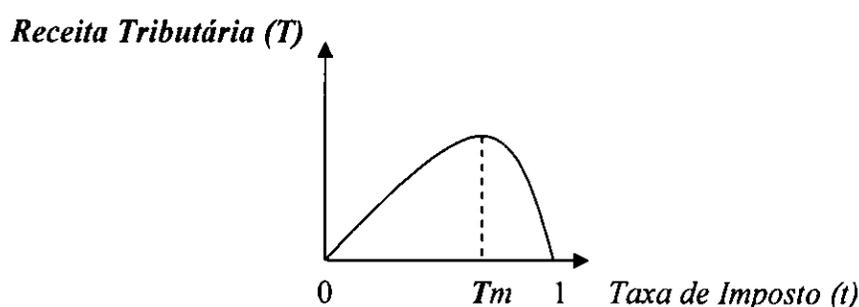
Mas a redução de tarifas não é de todo um mal, segundo a curva de Laffer² (figura 1), pois é possível que a redução das tarifas possa gerar maior receita [Sachs e Larrain, 1998].

Assim, a taxa máxima (T_m) representa o limite a partir do qual os contribuintes estão dispostos a pagar tributos sobre sua renda. A partir deste ponto de ruptura, eles optam ou pela evasão fiscal ou se dedicam a prática de actividades que não sejam tributadas (Sachs e Larrain, 1998).

Se se partir de uma situação inicial em que o imposto é nulo ou igual a zero, nesse caso não há arrecadação da receita pelo Estado, ficando toda a renda nas mãos dos agentes económicos. Quando é 1, também não haverá receita, pois para além de não haverem investimentos, os contribuintes podem preferir o lazer em relação ao trabalho. Portanto, haverá geração de receita no intervalo $]0; T_m[$.

Mas, à medida que se afasta de zero para T_m a receita arrecadada vai crescendo a taxas decrescentes. No intervalo $]T_m; 1[$. Há uma tendência de evasão fiscal e/ou substituição de trabalho pelo lazer. Sendo assim, a receita decresce até ao ponto de ser nula, quando se atinge o ponto 1. Assim segundo a curva de Laffer a redução das tarifas podem levar ao aumento da receita, se se está num ponto depois de T_m .

Figura 1. Curva de Laffer



Fonte: Varsano, 2006.

² A curva de Laffer mostra a relação existente entre as alíquotas e o total da arrecadação tributária

Onde: T representa a receita tributária; t representa a alíquota de impostos; e T_m representa a Taxa Máxima.

As barreiras tarifárias e não-tarifárias não são de todo um mal para os países. Elas podem ser imprescindíveis para o crescimento dos países pobres, pois poderá criar oportunidades de emprego através dessa protecção num período inicial do desenvolvimento de um país e obter daí receitas aduaneiras que depois podem ser investidas localmente para o benefício doméstico.

Por isso, no período inicial os PVD não podem abolir as tarifas, pois as receitas obtidas podem ser usadas para o financiamento das iniciativas de desenvolvimento, sendo contraproducente a eliminação de tarifas a curto prazo nos países pobres (Lewis, 1955).

Depois de uma análise sobre vários aspectos relacionados com a integração económica segue-se à análise dos determinantes das receitas aduaneiras.

2.5 Determinantes da Receita Aduaneira

Existem vários determinantes das receitas aduaneiras e agindo cada um de forma diferente e com força e magnitude também diferente.

2.5.1 Produto Interno Bruto

Quando há um aumento ou incremento no rendimento ou no PIB interno, geralmente, há um aumento nas receitas aduaneiras. Se o rendimento ou PIB aumenta no país doméstico, a absorção aumenta, isto é, as pessoas vão procurar mais bens para o seu consumo e como nem toda a procura interna é satisfeita internamente as importações aumentam e acabam agravando a balança comercial, mas ao mesmo tempo com o aumento das importações acabam aumentando a receita aduaneira. (Salvatore, 2000; Guillichon, 1993; Lipsey, 1961).

Assim, do exposto acima, conclui-se que quando há um aumento do PIB ou do rendimento interno, as receitas aduaneiras também tende a aumentar.

2.5.2 Taxa de Câmbio

A taxa de Câmbio é um custo que se tem que incorrer quando se realiza comércio internacional. Uma taxa de câmbio competitiva favorece as trocas comerciais entre países e regiões, e essa competitividade materializa-se através de uma ligeira estabilidade nas variações da taxa de câmbios.

Para mostrar a forma como a taxa de câmbio influencia a receita aduaneira, vai-se partir de uma situação em que se tem uma desvalorização ou depreciação da moeda doméstica. Quando isso acontece, *ceteris paribus*, às importações tendem a reduzir e as exportações a aumentar (Williamson, 1996; Guillichon, 1993; Salvatore, 2000; Farahane, 1998)³. Como resultado as receitas aduaneiras tendem a baixar.

Imagine-se agora, uma situação inversa em que temos uma apreciação ou sobrevalorização da moeda doméstica. Esta situação pode inicialmente prejudicar os exportadores, mas vai levar a um incremento nas importações que acabaram levando a um aumento das receitas aduaneiras, pois as importações tornam-se relativamente mais baratas. Mas, uma coisa deve se ter em conta que é a estrutura das importações ou por outra o(s) país(es) ou região(ões) de origem das importações. Mas, normalmente, tende a aumentar as receitas aduaneiras, com o aumento das importações (Williamson, 1996).

2.5.3 Inflação

Embora possa não transparecer à primeira vista, a inflação é um determinante para a receita aduaneira num contexto de integração económica, pois as diferenças das taxas de

³ Mas tem que se fazer uma ressalva, em alguns países, principalmente em desenvolvimento, também são cobradas taxas às exportações e como resultado as receitas aduaneiras também podem aumentar, embora nem sempre isso acontece

inflação entre os países e regiões tendem a distorcer os termos de troca quando se pratica o comércio internacional (Salvatore, 2000).

Quando a inflação doméstica é elevada reduz o poder de compra dos nacionais o que acaba se repercutindo na redução das importações e conseqüentemente acaba reduzindo a receita aduaneira. No caso inverso uma inflação baixa ou negativa acaba mantendo o poder de compra dos nacionais aumentando as importações e acaba levando ao aumento da receita aduaneira. (Williamson, 1996; Guillichon, 1993).

Apesar disso, não é ainda tarefa fácil separar categoricamente os efeitos da inflação nas receitas aduaneiras, mas é assumido que uma inflação elevada tem influência negativa na arrecadação e colecta de receita aduaneira (Salvatore, 2000).

2.5.4 As instituições

Os níveis de desenvolvimento das instituições influenciam no nível de receita aduaneira cobrada. As instituições bem desenvolvidas em termos de recursos e meios humanos, bem treinados e capacitados contribuem muito para a consecução dos objectivos das organizações. Dessa forma, os aspectos de como essas instituições estão organizadas também tem um impacto na gestão e colecta dos impostos (Alfândegas de Moçambique, 2006).

Assim, se as instituições estiverem bem desenvolvidas podem, também, contribuir ou possibilitar o aumento da receita aduaneira com o melhoramento de, por exemplo, aspectos de gestão e motivação dos funcionários das organizações.

Uma das formas de desenvolver as instituições é a realização de reformas constantes e/ou periódicas com vista a melhorar o desempenho da instituição com a introdução e melhoramento constante dos meios de trabalho como, por exemplo, a introdução de tecnologias de informação recentes e novas formas de comunicação, etc. Mas, o

desenvolvimento das instituições não pode descurar do capital humano. Tem que se investir nas pessoas, pois elas são o garante do sucesso das actividades das instituições e, desse modo, deve-se realizar jornadas de capacitação e formação frequentes, incentivos salariais e prémios, progressão na carreira e outras formas de fazerem com que os funcionários se envolvam mais para o alcance dos objectivos das organizações ou instituições.

2.5.5 Outros determinantes

Os determinantes da receita aduaneira não se esgotam naqueles que acima foram citados, pode-se considerar que esses são os principais, podendo haver outros secundários como, por exemplo, o nível de uso de tecnologias de informação, o nível da alíquota fiscal que incide sobre, principalmente, as importações de bens. Procedimentos e mecanismos de combate a fraude e evasão fiscal, corrupção e descaminho; estabilidade política e económica, entre outros aspectos que podem ser mencionados que foram e possam determinantes para o nível futuro das receitas aduaneiras (IMF, 2001; World Bank, 2003).

De seguida, no capítulo seguinte, aborda-se a metodologia básica da pesquisa.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA BÁSICA DA PESQUISA

Nesta secção consta a metodologia usada para a elaboração do trabalho, onde se apresentam questões relacionadas com o tipo de pesquisa, fonte dos dados, metodologias das estimações e a forma de tratamento dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental relacionado sobre os processos de integração económica e a sua relação com a receita aduaneira. Desse modo, para complementar o estudo, usou-se um modelo econométrico para estimar os parâmetros e coeficientes de uma função da receita aduaneira.

3.2 Fonte dos Dados

Para este estudo, os dados são provenientes de várias fontes, onde se destacam os dados da Direcção-Geral das Alfândegas como sendo o principal órgão que é responsável pela colecta da receita aduaneira, como fonte primária. Além disso, colectaram-se dados de outras fontes secundárias como o Ministério das finanças, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Instituto Nacional de Estatísticas, Banco de Moçambique entre outras fontes, onde se procurará fazer menção de todas as fontes usadas.

3.3 Metodologia das Estimações

Para a estimação dos determinantes da receita aduaneira em Moçambique recorreu-se a análise econométrica através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), onde fez-se a especificação de uma função linear que é dada por:

$$RA = a_0 + a_1PIB + a_2TC + a_3D + u_i \quad (1)$$

Onde RA representa a receita aduaneira real; PIB representa a taxa do crescimento real anual; TC a taxa de crescimento real da taxa de câmbio; D uma variável *Dummy* que representa o desarmamento alfandegário que ocorreu ao longo dos anos, sendo que 1 representa a ocorrência do desarmamento e 0 a não ocorrência do desarmamento; a_1 , a_2 e a_3 os parâmetros por estimar; e u_i o termo erro que representa as variáveis que não estão incluídas no modelo. Estas variáveis foram obtidas, depois da transformação das variáveis nominais em reais, e a transformação de nominais, não altera significativamente os resultados finais das estimações.

3.4 Tratamento dos Dados

Para o tratamento dos dados usou-se o a folha de cálculo do programa *Excel* do *Microsoft office* 2003. Para tal recorreu-se a este aplicativo para a produção de tabelas e figuras.

Assim, com o recurso ao *Excel* espera-se que ajude a elucidar sobre alguns factos relacionados com a evolução da receita aduaneira no contexto de integração económica e sobre os seus determinantes, através da análise do caso moçambicano. Além disso, recorreu-se ainda ao pacote econométrico E-View 4.0 como forma de estimar os coeficientes da equação (1).

Depois de analisado os aspectos metodológicos, o capítulo 4 aborda o processo de integração na SADC.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA SADC

Este capítulo analisa o processo de integração económica na SADC.

4.1 Origem da SADC

A precursora da SADC – Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) – foi a SADCC – Conferência para a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, que foi criada em Abril de 1980 pelos governos de nove países da África Austral, nomeadamente Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, suazilândia, Tanzânia⁴, Zâmbia e Zimbabwe, precursores de uma anterior aliança, denominada de países da linha da frente que tinham mais uma cariz política e lutavam contra o regime do apartheid instalado na África do Sul (SADC, 2003).

Aquando da sua criação, a SADCC tinha quatro objectivos principais:

- i. Reduzir a sócio-dependência dos estados, particularmente, mas não só, em relação ao regime do apartheid da África do Sul;
- ii. Implementar programas e projectos nacionais com impacto regional;
- iii. Mobilizar recursos dos estados membros, para a consecução da própria segurança colectiva; e,
- iv. Conseguir um entendimento internacional e apoio (SADC, 2003).

A partir daí, a SADCC desenvolveu-se para tornar-se numa organização com programa de Acção cobrindo sectores económicos e sociais como, por exemplo, energia, turismo, ambiente, administração da terra, água, mineração, emprego e trabalho, cultura,

⁴ Tanzânia é um país da África Oriental, mas por razões históricas e políticas teve sempre grande aproximação com os países da África Austral, durante o período de luta pela independência, pois muitos movimentos de libertação desses países encontraram apoio e refugio na Tanzânia. Como exemplo disso, a FRELIMO foi criada e teve o seu 1º Congresso na Tanzânia.

Informação e Desportos, Transportes e Comunicações e, com o alargamento dos países, incorporou-se outros sectores como finanças e Investimento, Desenvolvimento dos Recursos Humano; Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, Justiça e Saúde, onde cada sector está sob a coordenação de um Estado membro e com alguns estados a coordenarem mais de um sector (SADC, 2003).

Em Agosto de 1992, com o fim da guerra fria e do regime minoritário do apartheid na África do Sul, em Windhoek, Namíbia, a SADCC transformou-se em SADC com a entrada de mais 5 membros, nomeadamente a África do Sul depois do fim do regime minoritário do Apartheid, a Namíbia que tinha conseguido a independência em 1990 da África do Sul, as Maurícias, a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e a Seychelles⁵. Com a entrada desses países os objectivos foram reformulados e estabelecidos novos princípios (SADC, 1999).

A partir daí, passaram a ter em preocupação de objectivos relacionados com o crescimento e o desenvolvimento socio-económico, democracia, paz, segurança e estabilidade regional, utilização sustentável de recursos, combate ao HIV/SIDA ou outras doenças fatais e infecciosas; e a erradicação da pobreza.

4.2 Características dos Países da SADC

Os países da SADC apresentam características díspares entre eles. Em algumas delas há similaridade e em outras há diferenças.

Uma das principais características observáveis é a grande diferença que existe entre os participantes da SADC, chega a haver diferenças de até trintas vezes em algumas características, como é o caso do PIB per capita (veja, por exemplo, o PIB per capita do Malawi que é de 142 dólares enquanto o das Maurícias que é de 4628 dólares) [AfDB/OECD, 2005].

⁵ Mas, a Seychelles acabou retirando-se da SADC por julgar que não estava a obter nenhum benefício ao filiar-se nesta organização.

Três dos países da região têm as suas moedas nacionais acorrentadas ao rand e formam uma pequena união Monetária com a África do Sul, nomeadamente a Namíbia, Lesoto e Suazilândia. E, para quase todos os outros países da SADC, a moeda sul africana é uma das mais fortes, por isso qualquer variação nas taxas de câmbio em relação ao Rand tem forte impacto em termos directos ou indirecto nas economias dos outros membros da região e nas trocas comerciais (SADC, 2003).

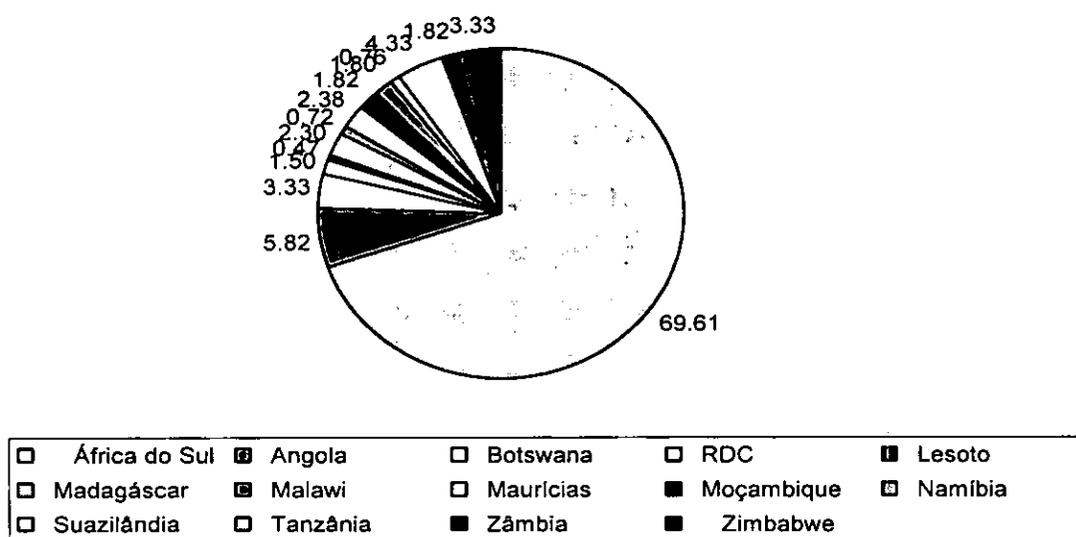
Tabela 1. Alguns Indicadores dos Países Membros da SADC

País	População	PIB (preços correntes em milhões US\$)	PIBpc (Preços Correntes emUS\$)	Taxa de Alfabetização de Adultos (% de pessoas acima de 15)	Incidência de HIV/SIDA	Esperança de Vida	Superfície (em mil Km2)
África do Sul	47432000	165434	3674	82.4	11.60%	47.0	1221
Angola	15,941,000	13825	1015	67.4	2.01%	41.0	1247
Botswana	1765000	7925	4440	81.2	15.30%	34.9	582
RDC	57549000	3564	957	67.2	1.74%	43.5	2345
Lesoto	1795000	1128	626	82.2	15.04%	38.2	30
Madagáscar	18606000	5474	315	70.7	0.26%	55.6	587
Malawi	12884000	1718	142	64.1	7.30%	39.8	118
Maurícias	1245000	5651	4628	84.4	0.33%	72.4	2
Moçambique	19792000	4321	219	46.0	9.09%	41.6	802
Namíbia	2031000	4271	3674	85.0	11.32%	47.2	824
Suazilândia	1032000	1812	1682	79.6	21.32%	31.3	17
Tanzânia	38329000	10297	278	48.7	3.65%	45.9	945
Zâmbia	11668000	4335	401	68.0	8.57%	37.7	753
Zimbabwe	13010000	7904	613	90.0	13.07%	36.6	391

Fonte: AfDB/OECD, 2005; UNAIDS, 2006 e UNDP, 2006.

Quanto ao rendimento, a SADC tem um Produto Interno Bruto a preços correntes de cerca de 237 mil milhões de dólares para uma população de cerca de 243 milhões de habitantes, dos quais a África do Sul é o maior gigante na região com um PIB superior ao de todos os países da região de cerca de 165 mil milhões de dólares, o que representa cerca de 69,9% de todo o PIB da região, segundo a figura 2. Na segunda posição Angola com um PIB de 13 mil milhões de dólares correspondente a 5.82% e a seguir a Tanzânia na terceira posição com cerca de 10 mil milhões de dólares do PIB da região que corresponde a cerca de 3.65%. E na cauda estão Lesoto com cerca de mil milhões de dólares correspondente a 0.46 [AfDB, 2005].

Figura 2. Distribuição do PIB da SADC



Fonte: AfDB/OECD, 2005

De seguida analisa-se sobre processo de integração económica na SADC.

4.3 A Integração Económica na SADC

Uma das formas de acelerar o processo de integração económica da SADC é a aplicação do *Protocolo Sobre as Trocas Comerciais da Região de Desenvolvimento para a África Austral*, assinado em 1996 pelos chefes do Estado e do Governo da SADC, como impulso a um processo de integração económica efectiva (SADC, 1996).

O processo de integração económica regional da SADC tem uma cronologia definida. Os países da SADC visam criar até o ano de 2008, uma zona de livre comércio, uma união aduaneira até 2010, e finalmente um mercado comum, até 2015. E, por último, uma união monetária até 2016 [SADC, 2003].

Para tal, os países membros visam a liberalização do comércio de bens e serviços, aumentar a produção, aumentar o investimento nacional, trans-fronteiriço e estrangeiro,

desenvolvimento económico, diversificação e industrialização e o estabelecimento de uma zona de comércio livre [SADC, 1996].

Aquando da assinatura do protocolo comercial em 1996, previa-se um período de 5 anos para o início da aplicação do protocolo comercial da SADC. Por isso, a aplicação das cláusulas do protocolo começaram a ser aplicadas realmente em 2001 (Vide Anexo 3).

Nesse processo, estabelece-se o calendário para a redução das tarifas na região rumo a sua absolvição total até 2015, onde há dois mecanismos, um para a África do Sul e o outro para os restantes membros da SADC. O motivo para a diferenciação das tarifas prende-se com a grandeza da economia sul africana em relação aos restantes membros da SADC.

Para a materialização desses objectivos previa-se a eliminação de todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias no comércio intra-regional na exportação e importação de bens e serviços. Para tal, fez-se um cronograma de linha tarifária a serem acordadas para os diferentes produtos, surgindo uma tarifa diferenciada. Estabeleceu-se no processo o método e/ou critérios de selecção dos produtos e o tratamento diferencial a ser aplicável.

Nessa eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias na região, ficou acordado que se eliminará gradualmente as tarifas de importações de bens originários dos estados membros e que todas as restrições quantitativas da exportação para países membros, mas sujeitas a algumas restrições as disposições previstas no protocolo para alguns bens. Esses bens deverão respeitar as regras e critérios da origem (SADC, 2003).

Os países membros comprometeram-se a tomar medidas com vista a facilitar, simplificar e harmonizar a documentação e procedimentos comerciais, através da harmonização dos procedimentos e da pauta aduaneira (SADC, 1996).

De seguida, analisa-se a evolução da receita aduaneira em Moçambique.

CAPÍTULO V

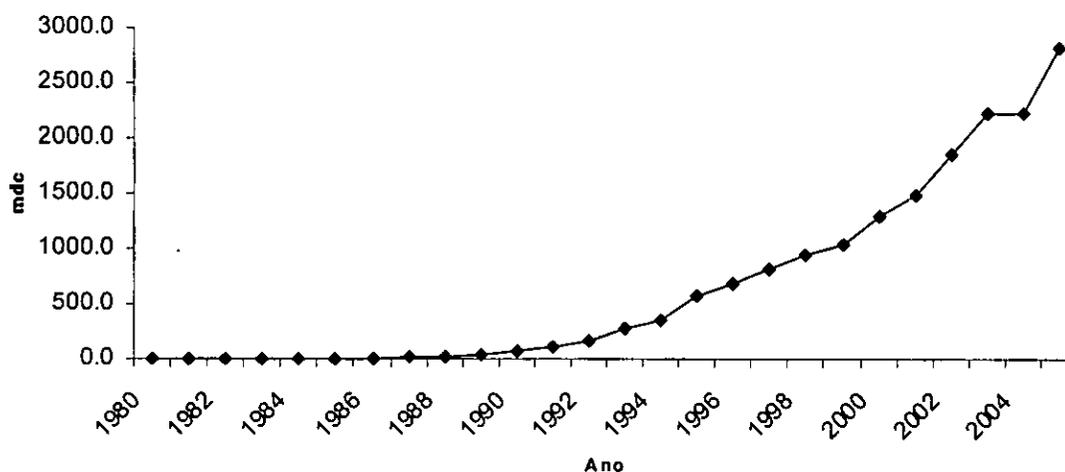
RECEITA ADUANEIRA EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo faz-se uma análise da evolução da receita aduaneira em Moçambique.

5.1 Evolução da Receita Aduaneira

A receita aduaneira em termos nominais, era de cerca de 2.8 milhões de contos em 1980, depois decresceu para fixar-se no valor mínimo em 1985 e 1986, onde se fixou em cerca de 1.5 milhões de contos, e teve uma tendência crescente a partir de 1987, com a introdução do PRE para atingir o valor máximo em 2005, onde se fixou em cerca de 2816 milhões de contos, conforme retracts a figura 3.

Figura 3. Evolução Nominal da Receita Aduaneira

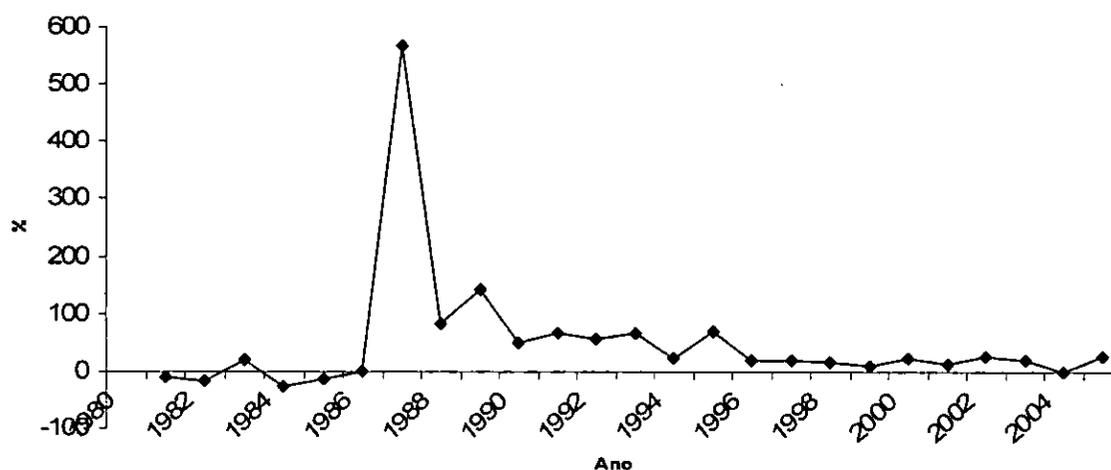


Fonte: INE, Vários Anos.

Em termos de taxas de crescimento nominal, a receita aduaneira nos primeiros 5 anos da década 80 teve taxas de crescimento negativas, ao fixar-se em -11.9% em 1981 e reduziu continuamente, tendo atingido o valor máximo em termos de crescimento negativo em 1984 onde se fixou em cerca de -28.1%, até fixar-se em 0% em 1986. A partir daí

começou a inverter essa tendência negativa do crescimento das receitas aduaneiras, e começou a subir, tendo em 1987 atingindo a maior taxa de crescimento em comparação com o ano anterior ao fixar-se em cerca de 567%, como resultado da introdução do PRE tendo oscilado nos anos subsequentes, mas mantendo a tendência de crescimento positiva, excepto no ano de 2003, onde a taxa de crescimento foi negativa em cerca de -0.3%, conforme está retratado na Figura 4.

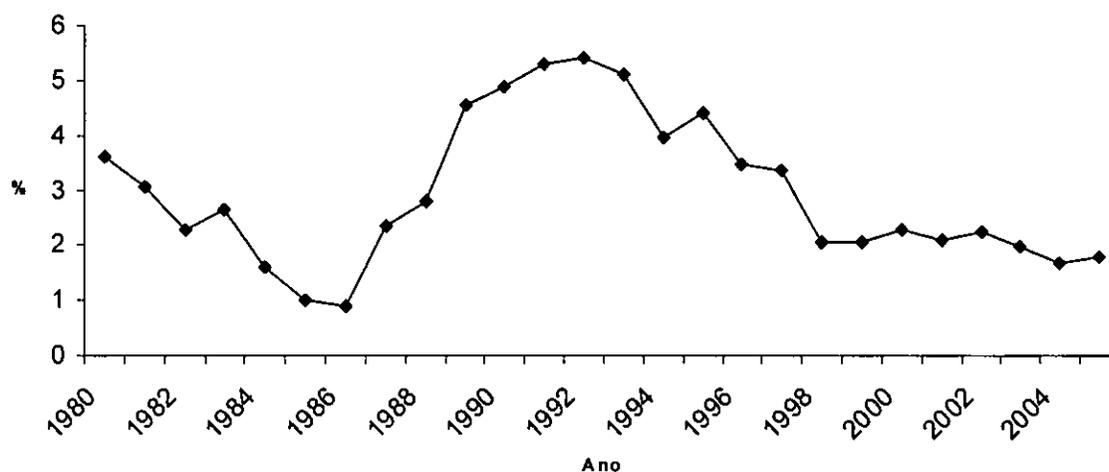
Figura 4. Taxa de Crescimento da Receita Aduaneira



Fonte: Estimativas do Autor com os dados do INE

Em termos de contribuição da receita aduaneira para o PIB, em 1980 era cerca de 3.6%, e depois começou a oscilar nos anos subsequentes para se fixar no valor mínimo em 1986, onde a contribuição da receita aduaneira para o PIB foi de cerca de 0.9%. A partir daí, teve uma tendência crescente para se fixar no valor máximo em 1992, que rondava os cerca de 5.4%, e mantém uma ligeira tendência de decréscimo da contribuição da receita aduaneira para o PIB nos últimos anos, segundo a Figura 5.

Figura 5. Contribuição da Receita Aduaneira para o PIB



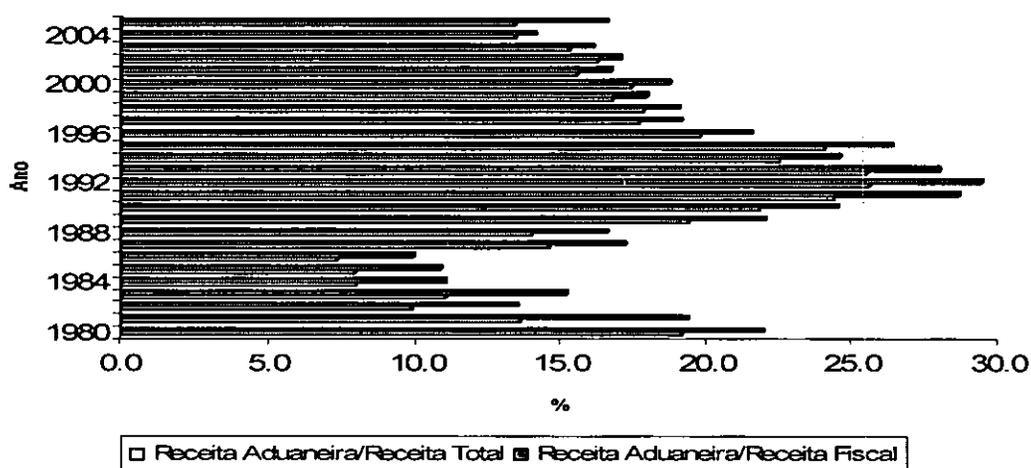
Fonte: Estimativas do autor dos dados do INE, Vários Anos.

Em termos médios de todo o período, a receita aduaneira contribui em cerca de 3% para o PIB.

Quanto a contribuição da receita aduaneira para as receitas do Estado, em termos de contribuição para a receita total em 1980 era cerca de 19.1%, tendo oscilado nos vários anos para fixar-se no valor mínimo da contribuição para as receitas aduaneiras em 1986, onde foi de 7.3%, e atingiu o valor máximo em 1993 e 1994 quando atingiu cerca de 25.5%. Em termos médios, a receita aduaneira contribuiu em todo o período em cerca de 16.6%.

Em termos de contribuição da receita aduaneira para as receitas fiscais, em 1980 era de cerca de 22%. Em 1986, atingiu o valor mínimo, que foi de 9.9%, e tendo nos anos anteriores e subsequentes oscilado, mas com percentagens acima de 10%, tendo atingindo o valor máximo em 1993, onde a contribuição da receita aduaneira para a receita fiscal foi de cerca de 29.2%. Em termos médios no período compreendido entre 1980 a 2005, a receita aduaneira contribui em cerca de 19.1% para as receitas fiscais do Estado (vide Figura 6).

Figura 6. Contribuição da Receita Aduaneira para a Receita Total e Fiscal



Fonte: Estimativas do autor com base nos dados do INE, Vários anos.

Assim, as médias de contribuição das receitas aduaneiras, em todo o período de análise, ronda os 16.6% para as receitas totais e 19.1% para as receitas fiscais. Isto mostra a importância que a receita aduaneira tem no financiamento do Estado em Moçambique.

De seguida, analisa-se os factores determinantes, para esta tendência positiva de crescimento da receita aduaneira.

5.2 Factores determinantes

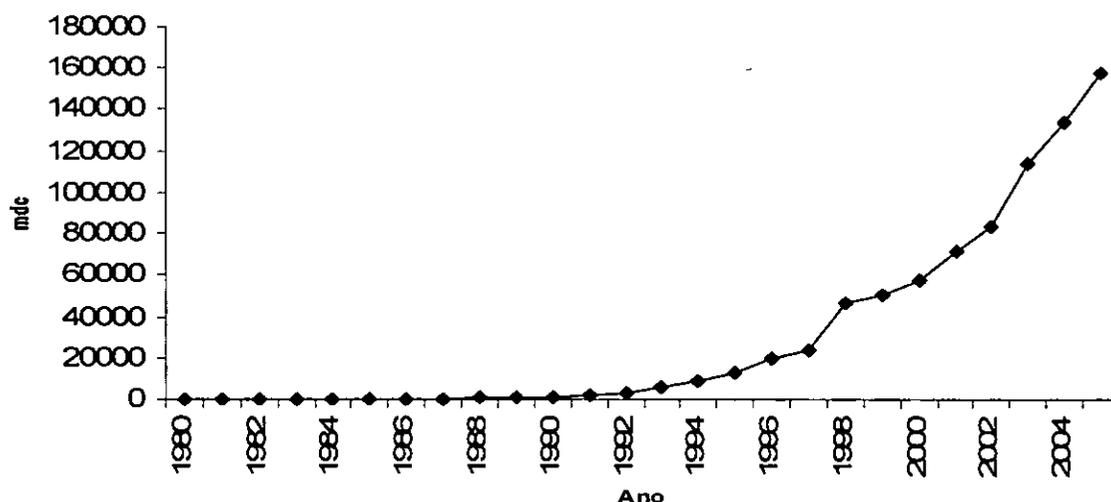
5.2.1 PIB

O PIB de um país tem um impacto positivo na arrecadação da receita aduaneira colectada. Olhando para a evolução do PIB em Moçambique a preços correntes, verifica-se que houve uma tendência de aumento contínuo, o que contribuiu muito para o aumento da receita aduaneira.

Em termos nominais, o PIB tem tido uma tendência de crescimento contínuo. Depois de atingir o valor de 78.8 milhões de contos, que era o valor mínimo em 1980, manteve essa

tendência nos anos subsequentes, até atingir o pico máximo em 2005, onde se fixou em cerca de 4 mil milhões de contos, conforme a Figura 7.

Figura 7. Evolução Anual do PIB Nominal

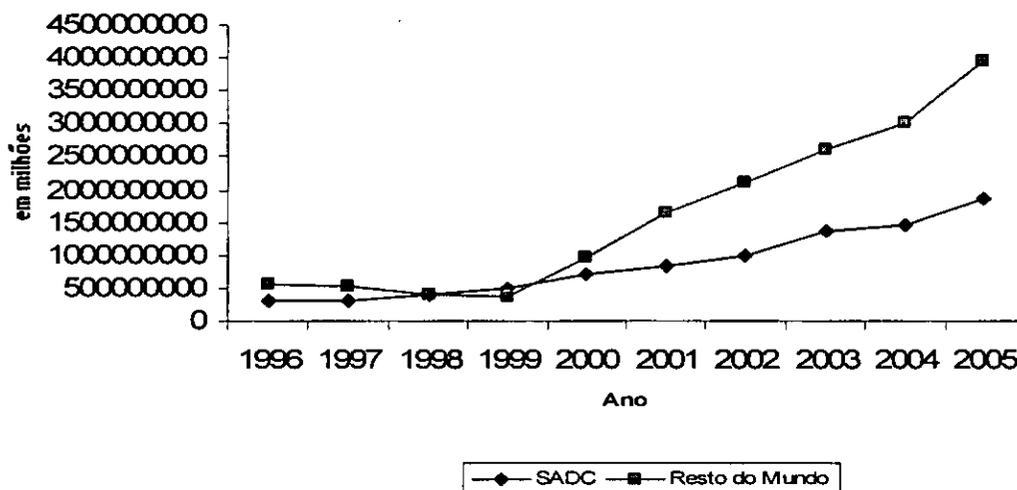


Fonte: INE, Vários anos.

Em termos de taxas de crescimento do PIB nominal, em 1981 a taxa de crescimento foi de cerca de 3.2%, tendo oscilado nos vários anos, para fixar o valor mínimo em 1983, onde foi de 1.1%, mas depois se manteve a tendência de crescimento, mas oscilante, tendo fixado-se em 1987 em cerca de 185.3%, que corresponde ao valor máximo devido aos efeitos do PRE, e oscilando nos anos subsequentes.

Assim, se manter esta tendência de crescimento do PIB, ainda há espaço para manutenção da tendência do aumento da receita aduaneira, pois isso pode significar maiores importações, tanto da SADC como do resto do mundo, pois segundo a Figura 8, essas importações têm vindo a aumentar, embora nas importações oriundas da SADC, 95% sejam importações de Moçambique da vizinha África do Sul.

Figura 8. Evolução das Importações de Moçambique em Relação a SADC e Resto do Mundo



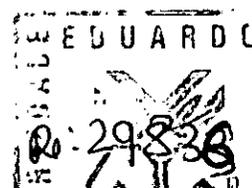
Fonte: INE, Vários anos.

Assim, o contínuo aumento do PIB, contribui grandemente para o aumento das importações tanto para o resto do mundo e bem como para a SADC, com impacto directo no aumento da receita aduaneira.

É certo que tem havido uma redução das tarifas ao nível da SADC, mas a maior parte das importações, actualmente, é do resto do mundo e enquanto houver esse crescimento anual do PIB e no nível das importações, as receitas terão tendência a aumentarem, pois do resto do mundo vem mais do dobro das importações anuais de Moçambique em comparação com a SADC.

5.2.2 Taxa de Câmbio

As alterações nas taxas de câmbio da moeda doméstica em relação à moeda(s) estrangeira(s) influenciam no nível de arrecadação da receita aduaneira, pois a estabilidade das taxas de câmbio é deveras importante em termos de comércio internacional.

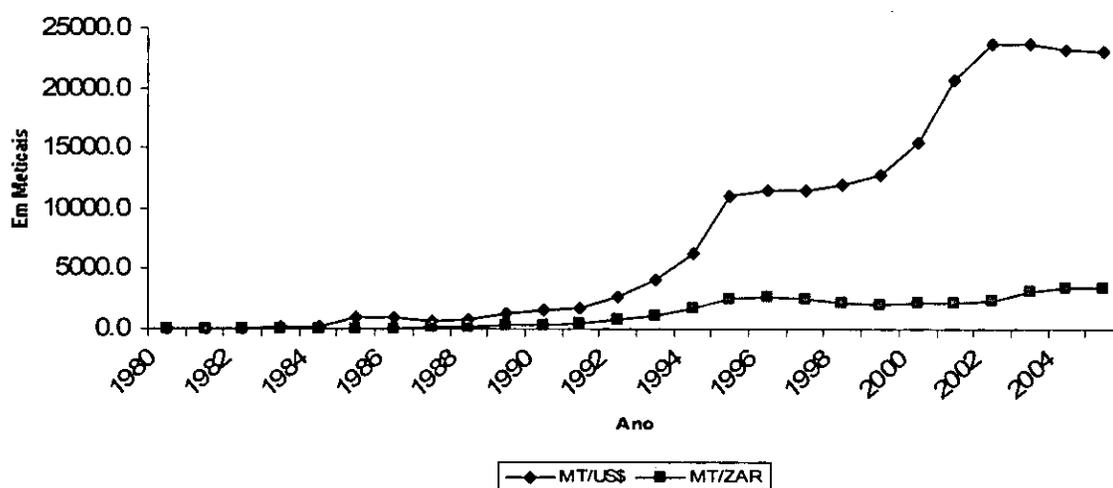


Olhando para a evolução das taxas de câmbio⁶ médias anuais do Metical em relação às duas principais moedas de referência no país, o dólar e o rand, houve uma ligeira depreciação contínua do metical em relação a estas duas moedas, mas com maior depreciação em relação ao dólar, segundo a figura 9.

Em relação ao dólar em 1980 a taxa de câmbio era de 56MT/US\$, tendo decrescido no ano seguinte para fixar-se em 55MT/US\$ que correspondia ao valor mínimo, depois começou a ter uma tendência de depreciação contínua, para fixar-se no valor máximo em 2003, onde a taxa de câmbio correspondia a 23783.5MT/US\$ (BM, Vários Anos).

Em relação ao rand, em 1980 era de 41.6, onde começou a ter uma tendência de depreciação tendo fixado o seu valor mínimo em 1986, onde foi de 16.7%, e, depois, começou a evoluir positivamente para fixar o seu valor máximo em 2004, onde a taxa de câmbio era de 3525.3 MT/ZAR (BM, Vários Anos).

Figura 9. Evolução da taxa de Câmbio do Metical em Relação ao Dólar e Rand



Fonte: BM, Boletim Estatístico, vários anos.

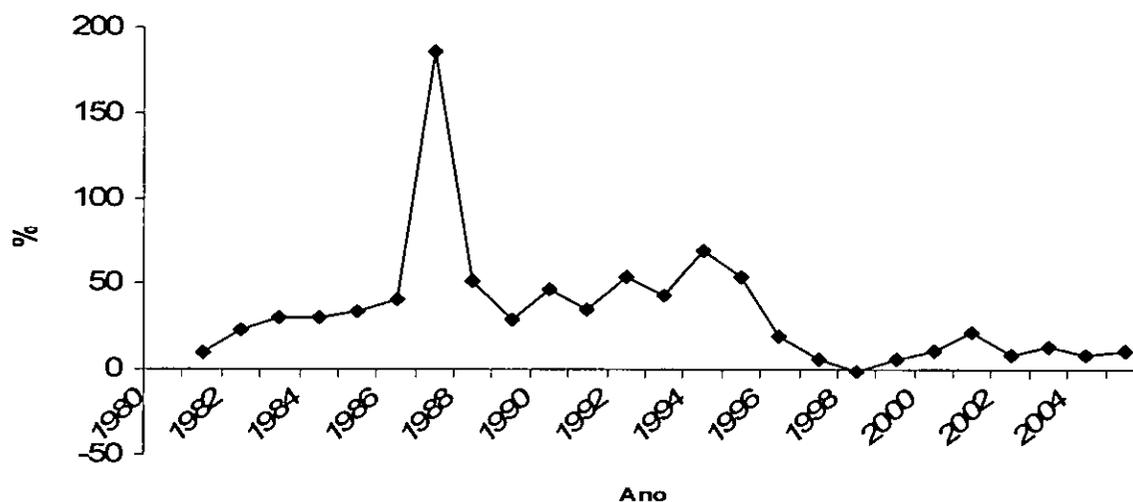
⁶ Desde 1980, aquando da criação do Metical as taxas de câmbio eram fixas e fixadas administrativamente, mas a partir de 1 de Abril de 1992, as taxas de câmbio passaram a adoptar um regime de câmbio flexíveis.

Com este cenário relativamente estável das taxas de câmbio do Metical, se se considerar este período longo (1980-2005) e, também, o facto de Moçambique ser um país em desenvolvimento, tanto em relação ao dólar e, principalmente, em relação ao Rand, pode-se considerar que as taxas de câmbio não tiveram influência negativa na receita aduaneira, pois o PIB continua a aumentar e, do mesmo modo, as importações, principalmente, oriundas da África de Sul, o que acabou contribuindo para o aumento das receita aduaneira em Moçambique.

5.2.3 Inflação

Um dos factores que também tem influência na colecta da receita aduaneira é a inflação. Olhando para a evolução da inflação em Moçambique no período 1980 – 2005 (Figura 10). Em 1981 a inflação era de 9.5%, e a partir daí teve uma tendência positiva e crescente para se fixar no valor máximo em 1987, onde se situou nos 185.3%, para depois ter uma tendência decrescente mais ainda elevada, até se fixar no valor mínimo, em 1998, em cerca de -1%, único ano que há registo de uma inflação negativa no país. E voltando a subir ligeiramente para se fixar acima de dois dígitos (INE, Vários Anos).

Figura 10. Evolução Anual da Inflação



Fonte: INE, vários anos.

Mas, em termos médios nesse período, fixou-se em cerca de 10.7%.

Assim, a redução drástica da inflação em Moçambique como resultado de fortes medidas pelo Banco central e pelo Governo de combate a esse mal, parece ter contribuído positivamente para o aumento da estabilidade económica do país, o que permitiu a manutenção e aumento dos níveis e volumes de trocas comerciais com o estrangeiro, o crescimento do PIB o que se repercutiu no aumento do poder de compra, levando ao incremento das importações e, conseqüentemente, das receitas aduaneiras. Assim é sempre desejável ter taxas de inflação relativamente baixas para reduzir a incerteza na economia.

5.2.4 Instituições

As instituições bem desenvolvidas são um garante do sucesso da boa cobrança nas receitas aduaneiras. Elas têm que ser vistas em duas vertentes, tanto no aspecto operacional como em termos de meios humanos.

Nesse período, incentivou-se uma série de reformas, com vista ao melhoramento dos níveis de receita por parte do Estado. A primeira reforma iniciou em 1978, a segunda reforma fiscal iniciou em 1987, no âmbito do PRE e a terceira, coincide também, com o início em 1996 da reforma aduaneira em Moçambique, visto a importância que a sua cobrança tem para os cofres do Estado.

Em Moçambique, a cobrança da receita aduaneira esta sujeita a Direcção-Geral das Alfândegas, que é responsável pela gestão da arrecadação da receita em favor do Estado.

Para fortalecer o papel da DGA na colecta da receita aduaneira iniciou-se uma reforma aduaneira em 1996 para melhorar o desempenho da instituição com vista a sua modernização e aumento na arrecadação da receita e para tal criou-se a UTRA – Unidade Técnica da Reforma Aduaneira, que se encarregou de lançar as bases da reforma. Para tal, fez-se uma concessão da gestão das alfândegas a uma empresa britânica *Crown*

Agents, depois de um concurso internacional. A *Crown Agents* iniciou um processo longo de modernização da instituição que passava pela contratação de novo pessoal, dispensas do pessoal excedentário, novo tipo de formação ao pessoal aduaneiro, introdução de novas tecnologias de informação, reabilitação das infra-estruturas, etc. Além disso, houve preocupação de garantir os benefícios dos trabalhadores com a atribuição de novas carreiras ao pessoal aduaneiro, novas tabelas salariais, entre outros benefícios. Além disso, introduziu-se na instituição alguns mecanismos de combate a corrupção, fraude e evasão fiscal (Alfândegas de Moçambique, 2006).

Assim em termos institucionais, a reforma aduaneira que iniciou em 1996 também contribui positivamente para o aumento da receita aduaneira colectada pelas alfândegas. Assim, pode-se ver que as instituições também são importantes para a cobrança da receita aduaneira.

5.2.6 Outros determinantes

Além destes determinantes são vários que podem citar-se nesse período como, por exemplo, o melhoramento do ambiente de negócios, criação de nova legislação, realização das segundas eleições gerais que confirmou que a paz veio para ficar, início da fase de preparação e laboração de novos mega-projectos, entre outros aspectos que acabaram contribuindo para o aumento da actividade económica e posterior aumento na receita aduaneira (Alfândegas de Moçambique, 2006).

Depois de analisados os determinantes das receitas aduaneiras no contexto de integração económica e regional em Moçambique, no capítulo seguinte, apresenta-se estimações dos determinantes das receitas aduaneiras.

CAPÍTULO VI

RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DOS DETERMINANTES DA RECEITA ADUANEIRA

6.1 Resultados das Estimações

Analisando os resultados das estimações do nosso modelo (anexo 6), chegou-se primeiramente a especificação da seguinte função:

$$RA = 21.98854 + 0.017825PIB + 0.068043TC - 343,2713D \quad (2)$$

O coeficiente a_1 é significativo e a_2 e a_3 não são significativos, o modelo apresenta, também, problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade, conforme o anexo 6, segundo os resultados do *Test DW-statistics*.

O DW-statistics é igual a 2.5459. Assim, uma vez que a estatística de Durbin-Watson é muito maior que 2 (DW=2.5459) e os valores de probabilidade do teste F para autocorrelação e heteroscedasticidade estão muito próximos de zero, tal implica que o modelo estimado apresenta problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade.

Para corrigir este problema, tentou-se logaritmizar as variáveis RA, PIB e TC, onde se obteve a seguinte especificação da função da receita aduaneira:

$$\ln RA = -4.347242 + 0.492317 \ln PIB + 0.781909 \ln TC + 0.152911D + e_i \quad (3)$$

Dai é possível apresentar os coeficientes da equação. Em relação ao coeficiente a_1 é igual a 0.492317, o que implica que o crescimento do PIB tem impacto positivo na receita aduaneira. O seu *Test t* é 3.465248, e o seu *p-value* é de 0.0023, este valor significa que o coeficiente a_1 é significativo.

Quanto ao coeficiente a_2 é de 0.781909, o que implica que existe um impacto positivo do crescimento da taxa de câmbio na receita aduaneira. O seu valor de *Test t* é de 4.092219 e o seu *p-value* é de 0.0005, o que significa que o coeficiente a_2 é estatisticamente significativo.

Quanto ao coeficiente a_3 o seu valor é 0.152911, que é um valor positivo, o que implica que a um impacto positivo dessa variável na receita aduaneira. Mas, analisando o seu *Test t* é de 0.324878 e o seu *p-value* 0.7485, o que significa que este coeficiente continua a não ser estatisticamente significativo, tal como acontecia no modelo inicial.

Em relação ao R^2 é igual a 0.961505, o que significa que o modelo explica em cerca de 96% as variações na receita aduaneira. Em relação as outros parâmetros são normais.

Esta transformação na forma logarítmica permitiu resolver o problema da autocorrelação e da heteroscedasticidade apesar da insignificância da variável *Dummy D* (Anexo 7). Assim, será com base nestes resultados que serão discutidos o impacto dos determinantes na receita aduaneira.

6.2 Análise e Interpretação dos Resultados

Os resultados da equação (3) mostram que o crescimento do PIB tem um impacto significativo e positivo sobre a receita aduaneira. Um aumento do PIB em 1%, *ceteris paribus*, leva ao aumento da receita aduaneira em cerca de 0,49%, o que está de acordo com a teoria económica, que avança que um aumento do PIB, gera um incremento no nível de receita aduaneira, pois o sinal do coeficiente do PIB é positivo.

Contudo, contrariamente ao que estabelece a teoria, a taxa de câmbio⁷ (depreciação ou desvalorização) revela ter um impacto positivo sobre a receita aduaneira. Um aumento da taxa de câmbio em 1% do MT/ZAR, *ceteris paribus*, leva ao aumento da receita

⁷ Lembrar que a taxa de câmbio aqui usada é ao incerto, isto é, MT/ZAR.

aduaneira em 0,79%. Isto se deve ao facto de os aumento da taxa de câmbio não reduzirem as importações, pois para Moçambique a maior parte da procura interna é satisfeita pelas importações e sendo um país pobre e em crescimento, precisa importar bens de consumo e de capital para satisfazer a procura interna. Assim, as importações não reagem às alterações na taxa de câmbio. Por essa via, a depreciação ou desvalorização da moeda só aumenta a base de incidência dos impostos aduaneiros e daí aumentar a receita aduaneira. Este comportamento da taxa de câmbio, em que a sua desvalorização ou depreciação não reduz as importações é normal em Moçambique [Farahane, 1998].

Por outro lado, a variável *Dummy D* que capta dois períodos distintos (antes e depois da redução de taxas) tem um impacto significativo e positivo sobre a receita aduaneira, ou seja, a redução de taxas a partir de 2003 levou, em média, ao aumento da receita aduaneira em cerca de 0,15%. Estes resultados estão de acordo, com o preconizado pela Curva de Laffer, que assume que a redução dos impostos aumenta a base tributária e consequentemente a receita, neste caso a receita aduaneira.

Assim, mesmo no contexto de integração económica, o crescimento do PIB, a relativa depreciação da moeda doméstica e o desarmamento alfandegário que está a ocorrer, pode se assumir que a receita aduaneira continuará a aumentar.

As variáveis acima referidas PIB e TC são estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%, ao contrário da variável *Dummy D* que não é significativo ao nível de 1%.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo destina-se a apresentação das conclusões e recomendações do trabalho.

7.1 Conclusões

Este trabalho tinha como objectivo analisar sobre os determinantes da receita aduaneira em Moçambique no contexto da integração económica em curso da SADC.

Existem vários determinantes da receita aduaneira e cada um agindo da sua forma, como por exemplo, o PIB, a taxa de câmbio, as importações, a inflação, as instituições e entre outros.

Para a análise dos determinantes da receita aduaneira, estimou-se um modelo com variáveis explicativas o PIB, Taxa de Câmbio e uma variável *Dummy* que representa a ocorrência ou não do desarmamento alfandegário (antes e depois da redução das tarifas).

Do estudo pode-se concluir, primeiro, que existe uma relação positiva entre a receita aduaneira e o PIB. Um aumento do PIB em 1%, *ceteris paribus*, leva ao aumento da receita aduaneira em cerca de 0,49%.

Segundo, que existe uma relação positiva entre a taxa de câmbio e receita aduaneira. Um aumento da taxa de câmbio em 1%, *ceteris paribus*, leva ao aumento da receita aduaneira em cerca de 0,78%.

Terceiro, a variável *Dummy* D que capta a ocorrência ou não do desarmamento, tem impacto positivo e significativo sobre a receita aduaneira, assim as alterações nas tarifas a

partir de 2003 levaram, em média, a um aumento da receita aduaneira em cerca de 0,15%.

Assim, pode-se concluir finalmente, que enquanto o PIB continuar a aumentar, as taxas de câmbios a depreciarem consideravelmente e mesmo ocorrendo a redução gradual de tarifas no contexto de integração económica e regional na SADC, a receita aduaneira poderá aumentar.

7.2 Recomendações

Um trabalho de pesquisa nunca se esgota em si mesmo, além de procurar responder a um tema específico, abre espaço para outros estudos.

Da análise dos principais determinantes da receita aduaneira todos acabam convergindo para as importações, desse modo seria aconselhável que se fizesse um estudo exaustivo sobre qual é a estrutura das importações entre a SADC e o resto do mundo e contribuição quantitativa dessas importações para as receitas aduaneiras, e na situação actual não se conseguiu dados que quantifiquem o contributo das importações do resto do mundo e da SADC nas receitas aduaneiras.

Assim sendo, deverá haver uma coordenação das políticas comerciais de todos os países da região. Mas essas simplificações e harmonização dos procedimentos aduaneiros devem estar em conformidade com exigências e directivas das instituições internacionais, como por exemplo, o método de valoração deve estar de acordo com a valoração da OMC.

Outra questão que se levanta neste trabalho viu-se que a receita aduaneira é o principal contribuinte da receita do Estado em Moçambique, assim sendo qualquer cenário negativo pode ter efeito negativo na capacidade de financiamento do Estado, desse modo sugeria-se que se fizesse estudos tendo em conta a necessidade de arranjar ou aumentar as

fontes de financiamento do Estado para reduzir a dependência em relação a receita aduaneira.

Além das constatações acima, recomenda-se um estudo exaustivo sobre as percas que as alfândegas de Moçambique e o Estado têm devido a fuga ao fisco, descaminho, corrupção e sonegação fiscal, principalmente, com os produtos importados da África do SUL, pois é fácil constatar que somente a resolução desses problemas poder-se-á minimizar a curto prazo os efeitos negativos que possa advir da eliminação gradual das tarifas aduaneiras em curso na SADC.

E, finalmente, devia-se fazer estudos quantitativos individuais sobre o impacto dos determinantes aqui citados para as receitas aduaneiras, mas isso exige maior disponibilidade dos dados e quem sabe pode-se chegar a outras conclusões ou confirmar as que já estão expressas neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AfDB/OECD (2005): *African Economic Outlook 2004/2005*. Development Centre of the Organization for Co-operation and Development, Paris.
- Alfândegas de Moçambique (2006): Relatório das actividades desenvolvidas em 2005 e perspectivas para 2006 “, Apresentação ao IV semanário nacional das alfândegas de Moçambique”.
- BM (Vários anos): *Boletim Estatístico*. Direcção de Estudos e Estatística/Banco de Moçambique
- CM (Conselho de Ministros) (2002): “Decreto 39/2002, de 26 de Dezembro”. In *Boletim da Republica*.
- DAP (2006): *Brochura Informativa*. Direcção-Geral das Alfândegas de Moçambique.
- Guillichon, Bernard (1993): *Economia Internacional*, Planeta Editora, Lisboa.
- Farahane, Matias J. (1998): *The Efficacy of Devaluation As an Adjustment Policy Tool in Mozambique*. A dissertation Submitted in partial fulfillment of the requirements
- IMF (2001): “Republic of Mozambique: Selected Issues and Statistical Appendix. *IMF Country Report* No. 01/25, International Monetary Fund, Washington D.C.
- INE (Vários anos): *Anuários Estatísticos*. Instituto Nacional de Estatística/ MPF/MPD.
- Krugman, Paul e Maurice Obstfeld (2001): *Economia Internacional: Teoria e Política*. Makron Books, 5. ed., São Paulo.
- Lewis, Arthur (1955): *The Theory of Economic Growth*, 1955.
- Lipsey, R. G. (1961): “ The Theory of Customs Unions: A General Survey”. *Economic Journal*, Setembro, pp. 498-513.
- SACHS, Jeffrey e LARRAIN Felipe (1998). *Macroeconomia*. Milton Mira de Assumpção Filho eds. Edição Revisitada. São Paulo. MAKRON Books do Brasil Editora Ltda.
- SADC, 1999. Texto consolidado do Tratado sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Disponível no site www.sadc.int
- SADC (1996): *Protocolo Sobre Trocas Comerciais na Região da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral*. Assinado em Maseru, a 24 de Agosto de 1996.

- SADC (2003): *Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional*. Gaborone.
- Salvatore, Dominick (2000): *Economia Internacional*, LTC – Livros Técnicos e Científicos, 6.ed., Rio de Janeiro.
- UNAIDS (2006): “2006 Report on the global AIDS epidemic”. Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. New York.
- UNDP (2006): Human Development Report 2006. Beyond Scarcity: Power, Poverty and the global water crises. United Nation Development Programme, New York.
- VARSANO, Ricardo. Sistema tributário para o desenvolvimento.<http://www.cif.gov.br>. acessado em Janeiro/2007
- Williamson, Jonh (1996): *Economia Internacional*. Plátano Editora, Lisboa.
- World Bank (2003): “Moçambique: Análise da Despesa Pública. Fase 2: Despesas Sectoriais”. Relatório N.º 25969, 22 de Setembro, Washington D.C.

ANEXOS

Anexo 1. Valor Absoluto e em termos percentuais das importações dos países da SADC

Ano	Pais Origem	CIF (Mts)	%	Ano	Pais Origem	CIF (Mts)	%
2001	AO	1,493,610,038	0.02%	2002	AO	50,570,792	0.00%
2001	BW	2,029,006,507	0.02%	2002	BW	1,285,396,269	0.01%
2001	MU	21,438,857,209	0.26%	2002	LS	428,334,720	0.00%
2001	MW	13,597,281,210	0.16%	2002	MU	19,837,982,604	0.20%
2001	NA	79,350,559,492	0.95%	2002	MW	283,615,795,354	2.86%
2001	SC	11,546,870	0.00%	2002	NA	152,673,000,655	1.54%
2001	SZ	160,079,650,353	1.91%	2002	SC	1,656,967,385	0.02%
2001	TZ	15,664,544,185	0.19%	2002	SZ	102,593,511,136	1.04%
2001	ZA	7,181,842,129,034	85.83%	2002	TZ	23,808,296,655	0.24%
2001	ZM	1,212,641,370	0.01%	2002	ZA	9,113,978,344,626	91.97%
2001	ZW	891,179,446,818	10.65%	2002	ZM	301,860,432	0.00%
	TOTAL	8,367,899,273,086	100.00%	2002	ZW	209,746,382,465	2.12%
					TOTAL	9,909,976,443,093	100.00%

Ano	Pais Origem	CIF (Mts)	%	Ano	Pais Origem	CIF (Mts)	%
2003	AO	2,750,191,611	0.02%	2004	AO	1,345,519,364	0.01%
2003	BW	4,849,823,919	0.04%	2004	BW	733,690,610	0.00%
2003	LS	369,101,086	0.00%	2004	MU	45,527,172,944	0.31%
2003	MU	21,490,693,401	0.16%	2004	MW	373,330,754,856	2.54%
2003	MW	337,534,589,133	2.47%	2004	NA	387,704,275,451	2.64%
2003	NA	147,608,864,840	1.08%	2004	SZ	215,836,054,308	1.47%
2003	SC	2,304,928,1944	0.02%	2004	TZ	36,812,751,506	0.25%
2003	SZ	95,087,828,735	0.70%	2004	ZA	13,401,379,514,136	91.32%
2003	TZ	28,067,309,752	0.21%	2004	ZM	4,376,125,671	0.03%
2003	ZA	12,796,080,884,051	93.72%	2004	ZW	208,742,080,770	1.42%
2003	ZM	745,455,105	0.01%		Total	14,675,787,939,616	100.00%
2003	ZW	215,189,174,119	1.58%				
	TOTAL	13,653,078,844,696	100.00%				

Ano	Pais Origem	CIF (Mts)	%
2005	AO	421,026,519	0.00%
2005	BW	52,850,056,496	0.28%
2005	MU	103,830,460,905	0.56%
2005	MW	551,544,237,658	2.96%
2005	NA	466,949,267,916	2.50%
2005	SC	50,305,684	0.00%
2005	SZ	184,256,126,489	0.99%
2005	TZ	79,798,557,549	0.43%
2005	ZA	16,907,157,578,947	90.61%
2005	ZM	16,460,615,614	0.09%
2005	ZW	295,606,923,948	1.58%
	TOTAL	18,658,925,157,725	100.00%

Onde:

AO - Angola
 BW - Botswana
 MU - Maurícias
 MW - Malawi
 NA - Namíbia
 SC - Seycheles
 SZ - suazilândia
 TZ - Tanzânia
 ZA - África do Sul
 ZM - Zâmbia
 ZW - Zimbábue

Fonte: DAP, 2006

Anexo 2. Definição de Termos Chaves

Receita aduaneira é composto pelas receitas provenientes do pagamento dos direitos aduaneiros, IVA e taxas específicas para produtos importados e/ou exportados.

Barreiras tarifárias são todos os tipos de restrições comerciais as exportações e/ou importação que implicam o pagamento de uma certa tarifa e/ou taxa.

Barreiras comerciais não-tarifárias são as restrições comerciais que não as tarifas, assim como as restrições voluntárias das exportações; normas técnicas, administrativas e outras; bem como aquelas advindas dos cartéis internacionais, *dumping* e subsídios às exportações (Salvatore, 2000: 423).

Instituições são aqui entendidas como todas os órgãos responsáveis pela gestão da receita aduaneira.

Anexo 3. Tratamento preferencial da SADC em termos de Tarifas aplicáveis

Outros Membros													
Cat Sadc	Cat. Int	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
A	A	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
B1	B1	30,0	30,0	25,0	25,0	25,0	20,0	10,0	0,0				
B2	B21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	4,0	0,0				
B2	B22	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	0,0				
C1	C1	30,0	30,0	25,0	25,0	25,0	20,0	20,0	20,0	15,0	10,0	5,0	0,0
C2	C21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	5,0	0,0
C2	C22	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	0,0
C2	C23	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	1,0	0,0
E	E	Posições pautais não contempladas no Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais											

RSA																
Cat Sadc	Cat. Int	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
A	A	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0							
B1	B1	30,0	30,0	25,0	25,0	25,0	20,0	10,0	0,0							
B2	B21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	4,0	0,0							
B2	B22	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	0,0							
C1	C1	30,0	30,0	25,0	25,0	25,0	20,0	20,0	20,0	15,0	15,0	15,0	10,0	10,0	10,0	0,0
C2	C21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	5,0	5,0	3,0	3,0	0,0
C2	C22	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,0	3,0	2,0	1,0	0,0
C2	C23	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,0	1,0	0,0
E	E	Posições pautais não contempladas no Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais														

Legendas das Mercadorias com Tratamento Preferencial da SADC

- A Mercadorias com liberalização imediata a partir de 2001
- B1 Mercadorias com taxa Geral de 30% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
- B21 Mercadorias com taxa Geral de 7,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
- B22 Mercadorias com taxa Geral de 5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
- C1 Mercadorias com taxa Geral de 30% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero entre 2012 e 2015
- C21 Mercadorias com taxa Geral de 7,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero entre 2012 e 2015
- C22 Mercadorias com taxa Geral de 5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2012 e 2015
- C23 Mercadorias com taxa Geral de 2,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2012 e 2015
- E Posições pautais não contempladas no Protocolo Comercial da SADC

Fonte: CM, 2002.

Anexo 4. Importações de Moçambique em Relação a SADC e Resto do Mundo (mdc)

Ano	SADC	Resto do Mundo
1996	310233111	560111233
1997	323555434	540444333
1998	401333245	402126970
1999	512000267	372000478
2000	702677342	947999234
2001	836789927	1650026244
2002	990997644	2112626622
2003	1365307884	2616509453
2004	1467557879	3017204973
2005	1865892516	3941499305

Fonte: INE, Vários Anos; DAP, 2006.

Anexo 5. Principais dados da pesquisa

Ano	PIB nominal mdc	Receita Aduaneira (mdc)	Taxa de Câmbio		Taxa de Inflação (%)
			MT/US\$	MT/ZAR	
1980	78.8	2.8	56.0	41.6	
1981	81.3	2.5	55.0	40.7	9.5
1982	91.3	2.1	69.0	34.9	23.3
1983	92.3	2.4	100.0	36.1	29.7
1984	109.1	1.8	101.0	29.4	29.8
1985	146.6	1.5	896.5	19.7	33.9
1986	166.9	1.5	995.0	16.7	41.4
1987	423.3	10.0	694.0	142.5	185.3
1988	657.4	18.3	856.0	231.4	51.3
1989	966.2	44.1	1250.0	283.9	28.4
1990	1339.9	65.3	1542.0	359.3	47.1
1991	2056.3	108.9	1813.5	517.3	35.2
1992	3125.8	168.8	2675.0	861.8	54.5
1993	5463.4	278.7	4111.5	1149.3	43.6
1994	8652.1	343.2	6298.5	1715.9	70.2
1995	13195	579.0	11030.0	2494.9	54.1
1996	19771	688.3	11524.5	2718.8	19.3
1997	24183	812.2	11551.5	2534.0	6.2
1998	46427.4	951.1	11955.0	2210.0	-1
1999	50825.4	1045.9	12758.5	2090.8	6.2
2000	56917.4	1297.3	15568.5	2192.0	11.4
2001	71134.8	1477.0	20797.5	2215.2	21.9
2002	82747	1851.2	23730.5	2373.7	9.1
2003	113903	2229.0	23783.5	3187.7	13.8
2004	133319	2223.0	23261.0	3525.3	9.1
2005	157345	2816.0	23061.4	3524.4	11.2

Fonte: INE Vários Anos; DAP, 2006; BM, Vários Anos

Anexo 6. Resultados da Estimação do modelo (1)**Ordinary Least Squares Estimation**

Dependent Variable: RA

Method: Least Squares

Date: 07/30/07 Time: 20:47

Sample: 1981 2005

Included observations: 25

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	21.98854	72.21030	0.304507	0.7637
PIB	0.017825	0.001926	9.255741	0.0000
TC	0.068043	0.046321	1.468954	0.1567
DM	-343.2713	267.6225	-1.282670	0.2136
R-squared	0.943095	Mean dependent var		726.0980
Adjusted R-squared	0.934966	S.D. dependent var		915.0740
S.E. of regression	233.3606	Akaike info criterion		13.88869
Sum squared resid	1143600.	Schwarz criterion		14.08371
Log likelihood	-169.6087	F-statistic		116.0120
Durbin-Watson stat	2.545942	Prob(F-statistic)		0.000000

Diagnostic Tests**White Heteroskedasticity Test:**

F-statistic	5.801316	Probability	0.002045
Obs*R-squared	15.10552	Probability	0.009921

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 07/30/07 Time: 20:48

Sample: 1981 2005

Included observations: 25

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	11488.58	25634.32	0.448172	0.6591
PIB	1.310848	1.816793	0.721518	0.4794
PIB^2	1.85E-05	1.42E-05	1.297033	0.2101
TC	-84.01274	88.95174	-0.944476	0.3568
TC^2	0.025384	0.025076	1.012288	0.3241
DM	-473516.0	154620.8	-3.062435	0.0064
R-squared	0.604221	Mean dependent var		45744.01
Adjusted R-squared	0.500069	S.D. dependent var		96528.20
S.E. of regression	68251.07	Akaike info criterion		25.30534
Sum squared resid	8.85E+10	Schwarz criterion		25.59787
Log likelihood	-310.3167	F-statistic		5.801316
Durbin-Watson stat	2.123659	Prob(F-statistic)		0.002045

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	3.505918	Probability	0.050587
Obs*R-squared	6.739082	Probability	0.034405

Test Equation:
 Dependent Variable: RESID
 Method: Least Squares
 Date: 07/30/07 Time: 20:48

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-12.38534	65.07417	-0.190327	0.8511
PIB	-0.000136	0.001732	-0.078409	0.9383
TC	-9.90E-05	0.041620	-0.002379	0.9981
DM	73.93418	242.3328	0.305094	0.7636
RESID(-1)	-0.519880	0.221669	-2.345295	0.0300
RESID(-2)	-0.448556	0.247471	-1.812562	0.0857
R-squared	0.269563	Mean dependent var	-9.78E-14	
Adjusted R-squared	0.077343	S.D. dependent var	218.2888	
S.E. of regression	209.6774	Akaike info criterion	13.73458	
Sum squared resid	835327.7	Schwarz criterion	14.02711	
Log likelihood	-165.6823	F-statistic	1.402367	
Durbin-Watson stat	2.030702	Prob(F-statistic)	0.268029	

Anexo 7. Resultados das Estimações do Modelo na forma logarítmica

Ordinary Least Squares Estimation

Dependent Variable: LRA
 Method: Least Squares
 Date: 07/22/07 Time: 14:09
 Sample: 1981 2005
 Included observations: 25

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-4.347242	0.434632	-10.00212	0.0000
LPIB	0.492317	0.142073	3.465248	0.0023
LTC	0.781909	0.191072	4.092219	0.0005
DM	0.152911	0.470674	0.324878	0.7485
R-squared	0.961505	Mean dependent var		4.695066
Adjusted R-squared	0.956005	S.D. dependent var		2.905869
S.E. of regression	0.609503	Akaike info criterion		1.993300
Sum squared resid	7.801363	Schwarz criterion		2.188320
Log likelihood	-20.91624	F-statistic		174.8406
Durbin-Watson stat	1.550458	Prob(F-statistic)		0.000000

Diagnostic Tests

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.914575	Probability	0.492563
Obs*R-squared	4.849722	Probability	0.434494

Test Equation:
 Dependent Variable: RESID^2
 Method: Least Squares
 Date: 07/22/07 Time: 14:10
 Sample: 1981 2005
 Included observations: 25

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.934818	2.024142	-0.461834	0.6494
LPIB	0.088763	0.739209	0.120079	0.9057
LPIB^2	-0.015067	0.038914	-0.387197	0.7029
LTC	0.458795	0.725683	0.632225	0.5348
LTC^2	-0.028855	0.057479	-0.502010	0.6214
DM	0.234508	0.483040	0.485483	0.6329
R-squared	0.193989	Mean dependent var		0.312055
Adjusted R-squared	-0.018119	S.D. dependent var		0.558749
S.E. of regression	0.563789	Akaike info criterion		1.897289
Sum squared resid	6.039298	Schwarz criterion		2.189819
Log likelihood	-17.71611	F-statistic		0.914575
Durbin-Watson stat	2.520963	Prob(F-statistic)		0.492563

Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:

F-statistic	0.736050	Probability	0.492171
Obs*R-squared	1.797692	Probability	0.407039

Test Equation:

Dependent Variable: RESID

Method: Least Squares

Date: 07/22/07 Time: 14:12

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.026770	0.440798	0.060732	0.9522
LPIB	0.035436	0.147194	0.240743	0.8123
LTC	-0.049175	0.198239	-0.248060	0.8067
DM	-0.093775	0.484277	-0.193639	0.8485
RESID(-1)	0.194863	0.229197	0.850198	0.4058
RESID(-2)	0.156391	0.233262	0.670450	0.5106
R-squared	0.071908	Mean dependent var	-6.37E-16	
Adjusted R-squared	-0.172327	S.D. dependent var	0.570138	
S.E. of regression	0.617311	Akaike info criterion	2.078676	
Sum squared resid	7.240385	Schwarz criterion	2.371206	
Log likelihood	-19.98344	F-statistic	0.294420	
Durbin-Watson stat	1.955090	Prob(F-statistic)	0.910061	

**Determinantes da Evolução da Receita Aduaneira em
Moçambique no Contexto da Integração Económica Regional**

Jorge André Cossa

Trabalho de Licenciatura

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Departamento de Economia

Maputo

2007